

informe ASUNIRIO

Associação dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Fundada em 10 de dezembro de 1985

Rio de Janeiro, 4 de outubro de 2013 - Ano 15 - nº 175 * Distribuição Gratuita * Criado em 25 de dezembro de 1998

Plenária da FASUBRA aponta com a possibilidade de greve ainda este ano

A situação política, estabelecida após as jornadas de junho, persiste no país, toma outros contornos, outras contradições e um novo ritmo. A jornada de lutas da FASUBRA no mês de agosto com a construção da semana de paralisações, com destaque para o dia 30 de agosto convocado pelas centrais sindicais, faz parte das lutas que surgem no país. Destaque para a greve dos professores do Rio de Janeiro, dentre outras categorias, e as manifestações do dia 07 de setembro – Dia da independência, no histórico “Grito dos Excluídos”, por todo o país.

Há um importante ascenso das lutas no país, mas como todo processo complexo tem suas contradições. Temos muitas categorias de trabalhadores em luta e construindo greves. O nosso movimento acaba de sair de duas greves seguidas e somado a isso a maioria das entidades dos trabalhadores do setor público estão apontando a possibilidade de greve para 2014. O endurecimento do governo nas negociações torna necessária uma ação mais contundente e uma resposta à altura. Nesse sentido, é primordial a articulação entre as entidades dos trabalhadores do conjunto do Serviço Público.

Contudo a tradição desta federação nos permite afirmar que estaremos no enfrentamento a mais este desmando do governo. Caso sigamos ouvindo negativas por parte do governo, não haverá outro caminho que não seja a construção da greve, a partir deste ano, no limite para 2014.

A popularidade dos governos continua em baixa e a possibilidade dessa condição se arrastar até as eleições de 2014 pode fragilizar ainda mais o governo e abrir oportunidades para arrancarmos conquistas. Não é por acaso que o Ministro da Educação irá formalizar, o mais breve possível, à FASUBRA uma proposta de “Plano Nacional de Capacitação e Qualificação para os Técnicos Administrativos em Educação” de todo país e assume, ainda, o compromisso com a CONTUA para a assinatura de convenio. Não sabemos, no entanto, sobre sua eficácia e seu alcance. Seja como for, trata-se de uma resposta do MEC para aten-

der, de alguma forma, a insatisfação dos TAE, que se traduz nas lutas que a FASUBRA tem desenvolvido desde o início do ano.

É preciso ir para além da jornada de agosto e seguir mobilizando a categoria e construindo as condições políticas para acumularmos forças para um forte enfrentamento. Desse modo, a FASUBRA está apontando um calendário de lutas para ser seguido com afinco por todos os sindicatos de base da Federação, destacando em nossa pauta a exigência da instalação imediata da mesa de negociações do resultado dos GT's (Reposicionamento dos aposentados e de Racionalização); a democratização nas universidades; a ascensão funcional no serviço público; a denúncia das perseguições que vários dirigentes e ativistas sindicais vem sofrendo nas universidades; a liberação de dirigente sindical; a luta interna nas universidades pelos turnos contínuos com redução da jornada de trabalho, objetivando a abertura da universidade em tempo integral a população, um direito que vem sendo atacado pelos órgãos de controle, bem como o enfrentamento que estamos dando seguimento contra a EBSERH, um dentre outros ataques que o governo Dilma vem tentando proferir contra o funcionalismo e a universidade pública por conta da sua política econômica conservadora.

Que sejam bem vindos os médicos estrangeiros, ressaltamos, porém, que o problema da saúde pública no Brasil é estrutural na falta de condições de trabalho, financiamento e concurso público via RJU.

Para possibilitar o atendimento de nossa pauta devemos potencializar nosso movimento, convocando os sindicatos e a categoria a intensificar nossas ações e reorganizar nossa agenda e, para tanto, a plenária nacional da FASUBRA realizada em Brasília nos dias 13 e 14 de setembro, com a presença de 29 entidades, entre elas a ASUNIRIO, com a participação de 137 delegados deliberam:

1. 18 de setembro – Dia nacional de luta contra o PL4330 (terceirizações). A FASUBRA orienta que as entidades próxi-

mas ao DF possam enviar companheiros para formarmos ampla delegação da FASUBRA contra esse projeto

2. 26 de setembro – Ato contra a EBSERH na UFRJ – A FASUBRA orienta as entidades de base do Rio de Janeiro e/ou próximas possam enviar companheiros para acompanhar a reunião do conselho universitário da UFRJ que irá discutir a EBSERH.

3. Construir um dia nacional de luta em conjunto com os setores do serviço público, em outubro, denunciando o governo por não haver recebido até hoje a representação dos trabalhadores, que protocolaram sua pauta geral em janeiro de 2012, dando destaque à antecipação das parcelas do acordo de greve.

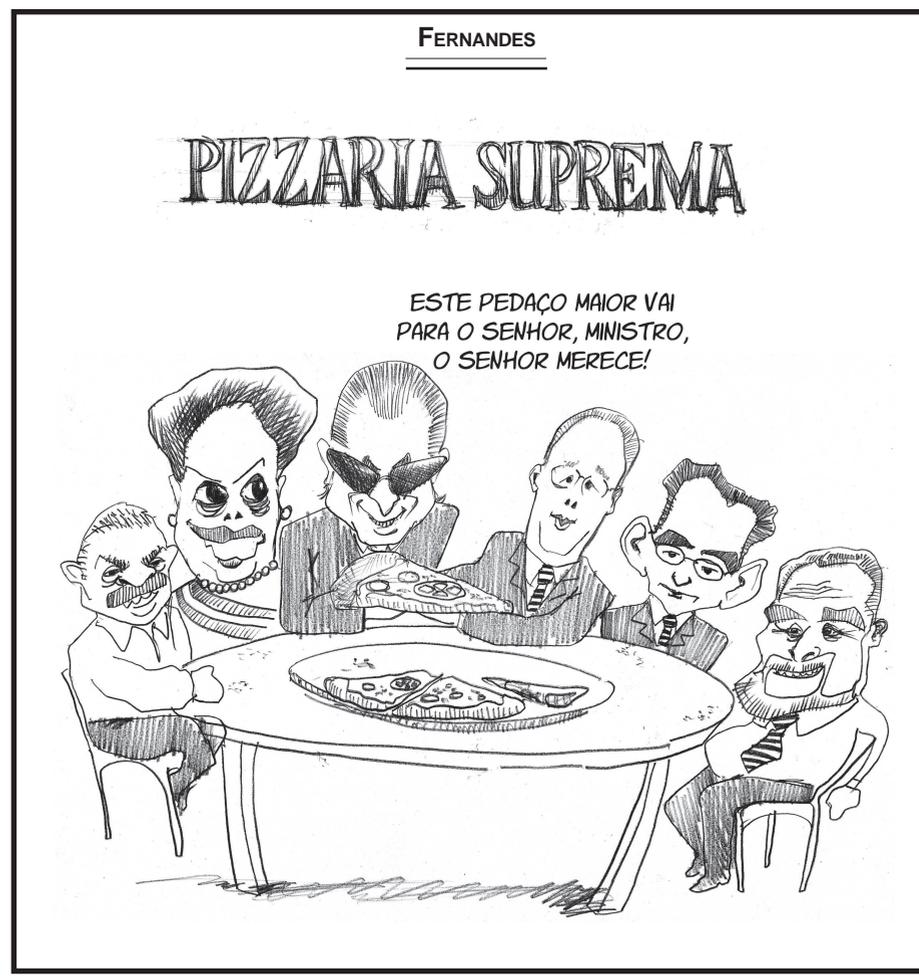
4. Realizar, na semana do dia 28 de outu-

bro, uma atividade em Brasília com convocação dos aposentados;

5. Que a FASUBRA em conjunto com as entidades de base intensifiquem campanha nacional (com amplo material de propaganda) sobre os turnos contínuos com redução da jornada de trabalho durante todo o mês de outubro com um dia nacional de lutas pelas 30h, na segunda quinzena de outubro.

6. Que a FASUBRA participe de todas as campanhas contra o leilão dos poços de petróleo. O Petróleo é nosso! Em defesa de uma Petrobrás 100% estatal.

7. Que a FASUBRA em conjunto com a CONTUA publique uma declaração política contra a intervenção imperialista na Síria, pelo direito a autodeterminação dos povos do mundo.



Reunião da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira

Pela FASUBRA: Almiram, Fatinha, Hilbert, Tônia e Vânia (CNSC) e Paulo Henrique.

Representações do SINASEFE, MEC, CONIF e ANDIFES.

Os trabalhos foram iniciados pelo Coordenador da CNSC, o Senhor Leonel da SAA-MEC que passou a palavra para a coordenadora Geral de Gestão de Pessoal da SESU-MEC, Dulce Tristão. Dulce apresentou juntamente com Adriana, representante do SETEC-MEC o Plano Nacional de Capacitação, já entregue pelo governo para a FASUBRA.

Como o projeto já havia sido entregue com antecedência, limitaram-se a apresentar os dados estatísticos do perfil dos TAE's das IFES e IFETS com relação à capacitação e à qualificação, de forma detalhada, destacando que a partir desses dados devem ser tomadas as ações. Os dados apresentados indicam um percentual significativo de técnico-administrativos ainda no nível de capacitação I. Se considerarmos que não houve ingresso nos Níveis de Classificação A e b e pouquíssimos no Nível C podemos afirmar que, pelo menos nesses níveis de classificação, há pessoas com muito tempo de serviço, prestes a se aposentar, que continuam no início da carreira quanto à capacitação. No entanto, para que se possa ter indicação mais precisa sobre maiores necessidades de aperfeiçoamento, necessitamos um cruzamento de dados entre tempo de serviço e nível de capacitação, bem como incentivo à qualificação. A representação do MEC diz que pelo que analisaram, há sim um contingente de servidores perto da aposentadoria e no Nível I. Ainda no Nível de Capacitação I há servidores recém-ingressantes. Sobre o questionário que foi enviado para os setores de gestão de pessoas das IFE, foi exposto que somente 26 universidades e 28 institutos responderam e que esses dados foram tabulados e foram entregues a FASUBRA e SINASEFE para estudo, mas que continuarão insistindo para que o conjunto das IFE atenda a solicitação.

A FASUBRA destacou a necessidade de continuar a levantar esses dados, porém destacou que deve ser dado um prazo final. Sobre o relato de que existe uma série de trabalhadores em final de carreira, argumentou que não foram capacitados porque não tiveram acesso aos cursos e que isso precisa ser corrigido. Salientou, também, que a federação apresentou para a Comissão Nacional de Supervisão uma proposta de Diretrizes para o Plano Nacional de Capacitação mais abrangente que a apresentada pelo governo, que prevê qualificação e capacitação voltadas para todos os ambientes e não só na área de gestão. Além disso, foi analisado que nossa proposta tem como objetivo apoiar e capacitar no que necessário, as ações das áreas de gestão de pessoal e as CIS, e acompanhar a implementação do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes da Carreira quanto aos Programas de Capacitação, Avaliação de Desempenho e também quanto ao Dimensionamento de Pessoal e Matriz de

Alocação de Vagas. Quanto à Qualificação (Educação Formal), a proposta da Federação inclui também o Mestrado, o Doutorado e o Pós Doutorado acadêmicos para todos os ambientes/cargos. Salientou que deve ser considerada essa amplitude, para além da gestão pública, pois os trabalhadores hoje estão envolvidos também na pesquisa extensão e ensino, como previsto nas atribuições de todos os cargos na Lei 11091, não podendo ter sua qualificação limitada ao Mestrado Profissionalizante, necessitando também da oferta do Mestrado e do Doutorado acadêmico. Além disso, foi colocado que a Universidade deve ter uma política que estimule e proporcione ao quadro técnico-administrativo a conclusão dos ensinos fundamental, médio e graduação, mesmo que os dados de perfil apresentem a clara política de terceirização dos Níveis A, B e C, quanto a qual a FASUBRA se coloca contrária.

A representação do MEC respondeu que o projeto apresentado é inicial e que a partir dele podem se constituir dois ou mais projetos e que cabe a CNSC fazer um esforço para dar continuidade e finalizar as propostas. Destacou que tem a intenção de viabilizar algumas das propostas já em 2014. Em relação à proposta de aperfeiçoamento via Programa PRONATEC, foi apresentado que pode-se fazer uma pactuação com as Instituições para funcionamento no ano que vem, mas é possível começar ações já esse ano pois são cursos de menor duração.

A FASUBRA propôs que fossem definidas as prioridades na discussão do projeto, começando, já na próxima reunião com a regulamentação do artigo 10 da lei 11.091/2005, que determina a elaboração de uma portaria conjunta entre MEC e Ministério do Planejamento estipulando regras que permitam o afastamento, dos TAE's, para capacitação, aperfeiçoamento e qualificação.

Vista a necessidade de chegarmos a uma síntese entre a proposta inicial da FASUBRA e o apresentado pelo MEC, o Ministério propôs a realização de duas reuniões da CNSC, ainda em 2013, com o que concordamos prontamente. Outro ponto esclarecido pelo MEC aos membros da CNSC foi de que o financiamento do Plano ocorrerá quando do detalhamento da proposta, que deverá levar em conta o prazo do Plano, como alertou a diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior do MEC, Adriana Weska.

Ao final foi deliberado:

- A realização de mais duas reuniões da CNSC ainda em 2013, uma em 30 de outubro e outra em 27 de novembro, com o objetivo de aprofundar a concepção do programa e começar a detalhar o projeto, bem como regulamentar o direito a afastamento;

- Realização de encontro da CIS (relação CIS/CNSC), para debater sobre diagnóstico e funcionamento das CIS e apresentação final do Plano. Esse encontro deverá ocorrer logo no início do ano de 2014.

COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS,
CULTURAIS, ESPORTE E LAZER

Não deixe de fazer a sua inscrição para a festa de final de ano

A Festa de Fim de Ano da ASUNIRIO já tem data marcada. Será no dia 30 novembro, no Sítio dos Netinhos, Estrada do Chaperó, nº 949, Rio Santos, KM 10, Itaguaí. As inscrições devem ser feitas entre os dias 21 e 25 de outubro, nos seguintes locais: Hall do HUGG, horários 10h às 19h; Reitoria (na Sede da ASUNIRIO), 10h às 16h, no IB, das 11h às 16h e no CCJP, das 11 às 16h.

A confirmação de inscrição será no mesmo dia da entrega dos convites, entre os dias 18 e 22 de novembro. Só poderão se inscrever o titular e, no máximo, cinco dependentes: companheira (o), irmãos (ãs), filhos (as), netos (as), genro, nora, avós.

A Coordenadora Social, Sheila, chama atenção para que os sócios somente inscrevam pessoas que realmente estarão presente no dia do evento, evitando desta forma um gasto desnecessário para ASUNIRIO. Certamente, que os casos emergenciais serão entendidos. Vale ressaltar que nos últimos eventos de final de ano, a ASUNIRIO tem pago, nada mais nada menos do que cinco ônibus a mais de maneira desnecessária, acarretando um custo aproximado de R\$ 6 mil reais.

Desta forma, a Coordenação Social, através de seus representantes, Sheila e Jerusa agradecem desde já a sua compreensão.

ASSÉDIO MORAL

Discriminação religiosa no trabalho

Segundo informações prestadas pelo Jornal Extra, datado de 17/09/2013, as fls 14, uma funcionária de uma empresa de turismo de Curitiba (PR) - vítima de discriminação -religiosa receberá R\$ 5 mil por ter sofrido assédio moral.

De acordo com o processo, sua chefia dizia que ela precisava "se libertar, se converter" e começar a frequentar a igreja.

Segundo a trabalhadora, a chefe dizia que enquanto ela não retirasse o mal, não trabalharia bem. Em depoimento, a vítima contou que a superior levou um pastor para pregações e sessões de exorcismo entre os empregados.

A chefe negou a acusação, mas o tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR) entendeu que houve um ataque a convicções religiosas.

Edital de Convocação

A Direção Colegiada da Associação dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - ASUNIRIO - convoca seus associados para Assembleia Geral Extraordinária para deliberar sobre a seguinte pauta:

Informes de Base e de Direção;

Informes sobre Ebserh;

Informes sobre as 30h;

Conjuntura;

Autorização para entrar com ação judicial contra a ordem de serviço gr nº 06, de 23 de setembro de 2013, referente à concessão do auxílio transporte na UNIRIO;

Encaminhamentos.

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2013 (QUARTA-FEIRA)

HORÁRIO: 12h (1ª CONVOCAÇÃO)

12h30 (2ª CONVOCAÇÃO)

LOCAL: AUDITÓRIO VERA JANACÓPULOS (av. Pasteur 296, Urca).

INFORME DRH



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
Secretaria de Gestão Pública
Esplanada dos Ministérios bloco "K", 4º Andar – 70040-900 – Brasília - DF
(61) 2020-4501 / 4919

Ofício-Circular nº 5 /2013/SEGEP-MP

Brasília, 24 de Junho de 2013.

Aos Dirigentes dos Órgãos e Entidades integrantes do SIPEC.

Assunto: **Aplicação das determinações contidas na Orientação Normativa SRH nº 7, de 20 de novembro de 2007, e 10, de 05 de novembro de 2010.**

Senhores Dirigentes,

1. Informo que a Secretaria de Gestão Pública-SEGEP está procedendo à revisão das Orientações Normativas SRH nº 7, de 20 de novembro de 2007, e 10, de 05 de novembro de 2010, com o objetivo de traçar procedimentos mais rigorosos e precisos no que se refere aos processos de concessão de aposentadoria especial fundamentada no art. 57 da Lei nº 8.213, de 1991, quando amparada por mandado de injunção julgado pelo Supremo Tribunal Federal, bem como para aqueles que tenham por objeto pedido de comprovação e conversão em tempo comum do tempo de serviço público especial prestado por servidores submetidos ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT de que trata o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, anteriormente à vigência do regime jurídico estatuído pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

2. Deste modo, considerando que as concessões de que tratam os citados normativos sofrerão modificações substanciais, solicito a suspensão da aplicação dessas Orientações Normativas até a finalização da revisão, o que ocorrerá em breve.

Atenciosamente,


ANA LÚCIA AMORIM DE BRITO
Secretária de Gestão Pública

EBSERH

UFRJ: sob pressão, reitor recua e propõe entendimento

Com mobilização histórica da comunidade universitária, liderada pelas entidades sindicais Sintufrj e Adufrj, pelo Diretório Central dos Estudantes Mário Prata e pela Associação dos Pós-Graduandos, técnico-administrativos, estudantes e professores lotaram o auditório do Centro de Tecnologia para a sessão do Conselho Universitário (Consuni), dia 26 de setembro, que deliberaria sobre a adesão da UFRJ à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). O que acabou não ocorrendo e o movimento festejou como mais uma vitória contra as forças privatistas da saúde e da educação que afloraram na universidade.

A sessão foi encerrada às 13h, com o reitor se comprometendo a encaminhar para a discussão proposta que envolva, “de maneira ampla, expectativas e interesses do conjunto da universidade”.

Na pauta da sessão iniciada às 10h constava a análise dos pareceres das comissões permanentes do colegiado sobre as propostas de modelo de gestão para os hospitais universitários: a do reitor, de contratação da Ebserh; a dos movimentos, de recusa da Ebserh e fortalecimento do Complexo Hospitalar; e a da Fasubra, de um regimento geral para os HUs.

Todo mundo lá! - Durante toda a sessão, grupos de estudantes e de trabalhadores chegavam ao auditório do CT com bandeiras e entoando palavras de ordem. Vários desses manifestantes portavam também instrumentos musicais, como bumbos. Mas não faltaram apitos para pontuar as falas dos conselheiros e de representantes de entidades sindicais e estudantis. O DCE alugou cinco ônibus para levar à Cidade Universitária alunos da UFRJ da Praia Vermelha e do IFCS.

A mobilização das entidades surtiu efeito, inclusive para fora dos muros da UFRJ. Estavam presentes ao Consuni representantes da Fasubra, Andes e de vários sindicatos de técnicos-administrativos em educação das universidades federais da UFF, UniRio, Juiz de Fora e Minas Gerais. Os bravos companheiros do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra também honraram a categoria com sua solidariedade, disposição de luta e suas bandeiras vermelhas.

Também apoiaram com palavras fortes em defesa do SUS representantes da maioria das entidades de trabalhadores na área de saúde, como enfermeiros, técnicos de enfermagem, médicos, farmacêuticos, fisioterapeutas, psicólogos, assistentes sociais, entre outros.

Segurança - Na abertura da sessão, o conselheiro representante dos professores titulares do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), Roberto Leher, denunciou a existência de seguranças armados a poucos metros do local de realização do Consuni (que prometia ser acalorado), e exigiu que o reitor ordenasse que se afastassem. Mais adiante, o reitor respondeu que tinha certeza de que os responsáveis pela segurança do campus estariam atentos para que essa providência fosse tomada.

A estudante Julia Bustamante denunciou o aparato de segurança montado pela Reitoria dentro do auditório: “Sou conselheira eleita e fui impedida de ter acesso ao espaço reservado aos membros do colegiado por um segurança que exigiu que eu provasse que era conselheira, pois não acreditou na minha palavra. Preciso alguém confirmar que eu era conselheira”.

Aposta no escuro - “A leitura de todos os relatórios técnicos (dos grupos definidos pelo Consuni para estudar as propostas) e dos relatórios das comissões não deixou dúvidas: a Ebserh é uma aposta no escuro: tem uma série de evidências de que pode não dar certo e que afetaria, na base, toda concepção de saúde pública e de autonomia universitária”, disse o decano do CFCH, Marcelo Correia e Castro.

Ebserh, falcaturia - A representante técnico-administrativa Mônica Maluhy deu duas informações importantes: a primeira, que a auditoria do Ministério Público constatou que a Ebserh não honrou o contrato firmado com o SUS do Piauí; a segunda, que a empresa recebeu R\$ 10 milhões do SUS para repassar ao Hospital Universitário do Piauí, mas repassou apenas 1,64% desse valor. Ela citou matéria do site G1 sobre manifestação de trabalhadores do Hospital das Clínicas de Vitória que após aderir à Ebserh teve 100 servidores afastados. “É para essa empresa que queremos entregar nossos hospitais?”, perguntou a conselheira, recebendo um “Não!” de resposta do público que lotava o auditório.

“Não é possível o capital entrar e tomar conta das políticas sociais dos hospitais universitários. O capital não é bobo e quer se apoderar dessa riqueza de conhecimento”, disse a presidente do Andes-SN, Marinalva Oliveira.

Cai a máscara na UnB - Camila Damasceno, estudante do 12º período de Medicina da Universidade Nacional de Brasília, fez um depoimento emocionante. Ela contou que votou pela contratação da Ebserh no Conselho Universitário, em 2011, porque todos foram convencidos de que era a única alternativa para o HU, e o contrato foi assinado com todas as garantias. “Mas todas as nossas reivindicações foram descumpridas. A empresa impôs metas de produtividade incompatíveis com uma instituição pública de ensino e assistência de qualidade. Como, por exemplo, consulta de 13 minutos no ambulatório. Não cometam o mesmo erro que eu”, aconselhou.